



Bruno Ottoni

Especialista sênior da FGV
Projetos. Professor da Uerj



Quem são, e onde estão, os trabalhadores da escala 6x1?

Dados da PNAD Contínua mostram que redução da jornada semanal poderia afetar mais de 19 milhões de trabalhadores

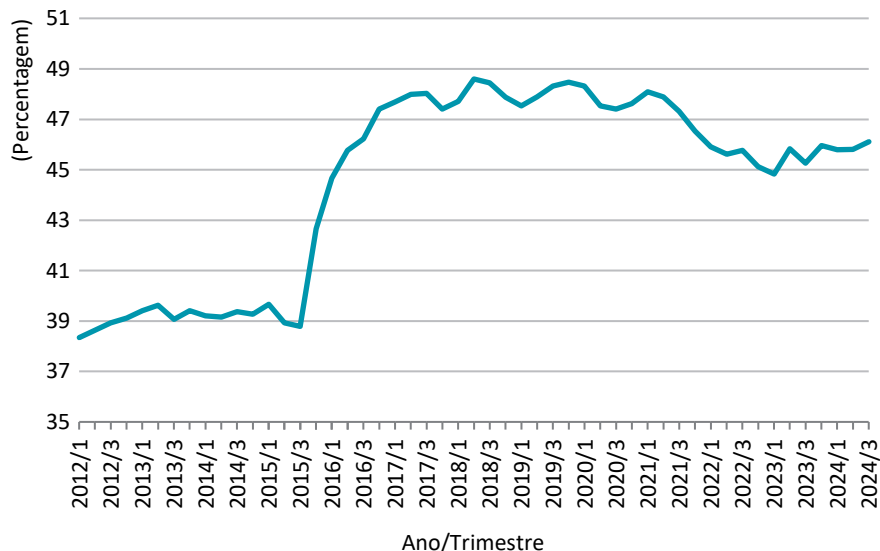
A escala 6x1 pode estar com os dias contados caso as propostas de emenda constitucional (PECs), que sugerem sua extinção, avancem no Congresso Nacional. A modalidade é composta por seis dias de trabalho seguidos por um dia de descanso e está no centro de debates sobre o mercado de trabalho no Brasil. Atualmente a Constituição limita a jornada máxima de trabalho em 8 horas diárias e 44 horas semanais, o que permite a existência de escalas com apenas um dia de folga na semana. Na prática, isso resulta, geralmente, em uma divisão semanal de cinco dias com jornada de 8 horas, um dia com 4 horas e um dia de descanso.

As PECs discutidas propõem a alteração da Constituição em favor da redução do máximo de horas trabalhadas semanalmente. Os defensores justificam a proposta com base na redução da exaustão física e mental e no aumento da qualidade de vida

dos trabalhadores. Com mais tempo livre, essas pessoas poderiam dedicar-se à família, ao lazer, à prática de esportes ou aos estudos, o que poderia até mesmo resultar em ganhos de produtividade. Por outro lado, críticos chamam a atenção quanto aos possíveis impactos negativos sobre o emprego e a inflação dado o aumento nos custos operacionais. O objetivo deste texto é entender quais trabalhadores seriam diretamente afetados pela mudança. Para isso, utilizamos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Trimestral, produzida pelo IBGE.

Nesta análise, consideramos exclusivamente os trabalhadores com carteira assinada, sejam do setor público, privado ou trabalhadores domésticos. O gráfico 1 apresenta a evolução histórica da parcela de ocupados que trabalharam habitualmente 44 horas por semana¹ no emprego principal, entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2024. O indicador cresceu de maneira acelerada durante a

Gráfico 1: Evolução da parcela de trabalhadores com carteira assinada que trabalham 44 horas semanais no emprego principal (2012-2024)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE. Elaboração própria.

crise de 2015, voltando a aumentar durante a pandemia do Coronavírus em 2020. No segundo trimestre de 2018, alcançou 48,6%, o maior valor da série histórica. Já no dado mais recente da série, o terceiro trimestre de 2024, o valor foi de 46,1%, demonstrando que o percentual de pessoas trabalhando 44 horas semanais permanece em patamar elevado.

A tabela 1 destaca o mesmo indicador para diferentes recortes da população ocupada, no terceiro trimestre de 2024. Naquele momento, havia 41,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada; destes, 19,3 milhões (46,1%) trabalhavam habitualmente 44 horas por semana no emprego principal. Vemos também que, entre os homens, 48,6% estavam ocupados nesses postos, contra 42,8% de mulheres. Entre os negros, o valor era de 47,7%, 3,5 pontos percentuais a mais que entre os brancos.

Com relação aos mais escolarizados (superior completo ou mais), apenas 33,9% destes indivíduos trabalhavam 44 horas por semana, enquanto entre os menos escolarizados (médio incompleto ou menos) este percentual chegava a quase 50%, semelhante ao observado entre os mais jovens (de 24 anos ou menos). As jornadas mais longas também parecem estar associadas aos menores salários: 50,4% daqueles que ganhavam entre 1 e 2 salários-mínimos cumpriam jornadas semanais de 44 horas.

Entre os setores de atividade, o comércio, a agropecuária e a indústria registraram as maiores proporções de trabalhadores em jornadas longas, com 60,7%, 54,5% e 49,3%, respectivamente. Isso sugere que esses setores seriam mais vulneráveis a um aumento nos custos operacionais em uma eventual alteração na norma constitucional que reduza



Tabela 1: Evolução da parcela de trabalhadores com carteira assinada que trabalham 44 horas semanais no emprego principal (2012 -2024)

Categoria	Total de ocupados com carteira assinada	Trabalham 44h semanais	%
Total	41.871.660	19.305.740	46,1
Gênero			
Homens	23.980.231	11.643.169	48,6
Mulheres	17.891.429	7.662.571	42,8
Cor de pele			
Branca	18.732.521	8.284.883	44,2
Negra	22.750.903	10.856.951	47,7
Demais	388.236	163.905	42,2
Escolaridade			
Médio incompleto ou menos	10.740.297	5.283.456	49,2
Médio completo ou superior incompleto	21.631.515	10.798.330	49,9
Superior completo ou mais	9.499.848	3.223.955	33,9
Faixa etária			
24 anos ou menos	6.725.523	3.158.487	47,0
De 25 a 64 anos	34.661.887	15.984.768	46,1
65 anos ou mais	484.250	162.486	33,6
Renda			
1 SM ou menos	8.053.370	3.622.578	45,0
1 a 2 SM	21.018.884	10.602.970	50,4
2 a 5 SM	10.398.241	4.397.725	42,3
5 a 10 SM	1.642.673	479.731	29,2
10 SM ou mais	758.493	202.736	26,7
Setor de atividade			
Agropecuária	1.617.424	881.368	54,5
Indústria	8.982.064	4.426.586	49,3
Construção Civil	1.842.922	809.461	43,9
Comércio	9.695.812	5.886.893	60,7
Serviços	19.266.901	7.242.257	37,6
Administração pública	459.170	53.282	11,6
Atividades mal definidas	7.367	5.894	80,0

a jornada de trabalho. Embora a maioria de seus trabalhadores enfrentem longas jornadas, a agropecuária é um setor que emprega relativamente poucas pessoas (cerca de 1,6 milhão de pessoas). O setor que mais emprega é o de serviços (aproximadamente 19,2 milhões de indivíduos). Nele, cerca de 37,6% dos trabalhadores ocupam vagas de 44 horas semanais (aproximadamente 7,2 milhões de profissionais).

Em resumo, as crises recentes que afetaram o mercado de trabalho brasileiro foram marcadas por um aumento no número de trabalhadores com jornadas de 44 horas semanais. Mesmo com a recuperação econômica, o patamar segue alto. Isso revela que o número de trabalhadores que seria diretamente afetado pela PEC pode superar os 19 milhões. Além disso, esses indivíduos possuem perfil vulnerável, sendo, na maioria das vezes, negros, com média ou pouca escolaridade, mais jovens e com rendimentos entre 1 e 2 salários-mínimos. Além de estarem concentrados sobretudo nos setores da agropecuária, do comércio e da indústria. Logo, estes parecem ser os setores que sofreriam o maior impacto sobre seus custos operacionais no caso de uma eventual redução da jornada de trabalho. 

¹Foram considerados aqueles entre 44 e 48 horas, para incluir aqueles trabalhadores que realizam, habitualmente, horas extras no trabalho principal.

Bruno Ottoni escreve a cada bimestre.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral – IBGE. Elaboração própria.